



Recomendação

Revisionismo Literário

A literatura é uma forma essencial de arte e expressão, fundamental para o desenvolvimento individual e social. É o veículo primordial na transmissão de conhecimento, um instrumento de cultura e um repositório de ideias. Cada obra expressa a visão individual do autor num determinado contexto de valores sociais, culturais, políticos e científicos.

Apesar de não ser absoluta, a liberdade de expressão é um direito indissociável da Democracia, protegido pela Constituição, nomeadamente no seu artigo 34º. É, dos primeiros direitos suprimidos no processo de instauração de um regime autoritário. Nunca é demais lembrar como em Portugal, durante a ditadura salazarista, os textos a publicar eram sujeitos a serem sublinhados pelo lápis azul, símbolo da censura e do salazarismo, um espartilho imposto para proteger o regime na sua fragilidade intelectual e social.

Recentemente, por esse mundo fora, mas também em Portugal, temos vindo a assistir a um processo de revisão das obras literárias, com o objetivo de garantir a compatibilidade do conteúdo e do vocabulário com os mais diversos valores morais ou visões específicas da sociedade e dos indivíduos, sob pena de boicote e cancelamento. Entende-se que as obras não podem ser suscetíveis de ofender ou contrariar determinadas convicções.

Livros que acompanharam e inspiraram gerações, têm sido objeto de rigoroso escrutínio das diversas polícias da moralidade, numa incessante busca de opiniões corruptoras ou linguagem considerada ofensiva, tornando-se assim em risco de serem sistematicamente mutiladas com vista à sua adequação e normalização.

Tantas vezes ao longo da história, a ignorância e o fundamentalismo dirigiram a raiva e o poder destrutivo da turba contra as obras literárias. As fogueiras da inquisição, as fogueiras das vaidades, ou as queimas de livros na Alemanha Nazi são registos da única forma que o fundamentalismo conhece para lidar com os seus maiores adversários, a



educação, a cultura, as ideias, a curiosidade e a própria perceção da história e natureza humana, é que inspiram a liberdade.

Há muito que as fogueiras de Torquemada e Savonarola se apagaram, mas a história repete-se e quando as gerações se esquecem, correm o risco de permitir que os mais variados lápis azuis regressem, pelas mãos das diversas ditaduras da normalidade.

Em Inglaterra, bibliotecas públicas retiraram de acesso público as obras de *Enid Blyton*, até que estejam disponíveis novas edições alteradas, por conterem linguagem considerada ofensiva. Os livros desta autora acompanharam e contribuíram para a formação de gerações sucessivas de jovens. Nos Estados Unidos da América, foram retirados livros de bibliotecas escolares por serem considerados pornográficos, exclusivamente por serem de autores ou temáticas LGBT ou de minorias étnicas.

A limitação do acesso e a alteração de obras literárias para que melhor se enquadrem nos padrões sociais de um dado momento é um exercício de arrogância, cegueira ideológica, espartilho intelectual e um atentado à diversidade. Os valores e direitos democráticos fundamentais, como a liberdade de expressão, não podem estar sujeitos aos caprichos de maiorias políticas nem de qualquer doutrina ou teoria social.

É fulcral que reitere-se o compromisso com os valores da Democracia, da tolerância, do respeito e da pluralidade, sublinhando a importância da literatura na construção na identidade cultural dos povos e dos cidadãos.

Neste sentido, vem o Partido Social-Democrata propor que a Assembleia de Freguesia de Alcântara delibere:

1. Que a Câmara Municipal de Lisboa que assuma a defesa e o respeito pelo direito fundamental à liberdade de expressão, um compromisso intransigente com a preservação do património literário, e a rejeição de quaisquer eventuais comportamentos censórios nas bibliotecas municipais de Lisboa;

Lisboa, 6 de junho de 2023